

Cargo: Monitor
Motivo: Gratificação por Tempo Integral - GTI
A contar de: 29/12/2010.

CONCEDER GTI:
PORTARIA Nº.05 DE 04 DE JANEIRO DE 2011
Servidor: REGINALDO MARTINS SOUZA
Matrícula: 5799368/2
Cargo: Monitor
Motivo: Gratificação por Tempo Integral - GTI
A contar de 30/12/2010.

PRORROGAÇÃO DE COMISSÃO:
PORTARIA Nº.02 DE 03 DE JANEIRO DE 2011
I - PRORROGAR por mais 30(Trinta) dias, os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – PAD – Processo nº.025/10, constituída pela Portaria nº.1211 de 09/11/2010, publicada no DOE 31.789 de 11/11/2010
II – A contar de 10/01/2011
Ordenador de Despesa ANA CELIA CRUZ DE OLIVEIRA - Presidente

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 195561
PORTARIA: 0001/2011

Objetivo: Realizar visita domiciliar aos familiares do adolescente custodiado na unidade da Funcap, com objetivo de viabilizar convivência familiar e articulação com a rede de serviços do Municíio de Barcarena/Pa.
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94 (Proc.293299/2010 de 09/12/2010, Memo.499/2010 - UASE)
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): Barcarena/PA - Brasil<br
Servidor(es): 541960001/Bianka Auxiliadora Figueira da Silva (Assistente Social) / 0,5 diárias (Completa) / de 10/12/2010 a 10/12/2010 57586371/Hugo Daher Santanna (Motorista) / 0,5 diárias (Completa) / de 10/12/2010 a 10/12/2010<br
Ordenador: ANA CELIA CRUZ DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 001/2010
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 195483
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 001/2010
O Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e ainda considerando o Parecer nº 187/2010, emanado pela Diretoria Jurídica, com fundamento no inciso II, do art. 79, da Lei nº 8.666/93 e a Cláusula Oitava – Da Rescisão, referente ao Contrato nº 015/2010 e Processo nº 2010/60264, decide: **RESCINDIR** o Contrato nº 015/2010, derivado do Pregão Eletrônico nº 005/2010, para contratação do objeto: Fornecimento de equipe multidisciplinar. Autorizo a rescisão da Nota de Empenho emitida em favor da empresa Ricardo Montenegro Gondim ME., CNPJ: 10.824.054/0001-25 a contar de 31/12/2010, para todos os efeitos legais.
Belém/PA, 29 de dezembro de 2010.

FÁBIO DE MELO FIGUEIRAS
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

ERRATA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 195485
ERRATA DA PORTARIA Nº. 771/2010 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010 – DIGEP/SEJUDH.
PUBLICADA NO DOE Nº. 31.789 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010
Onde se lê: a contar de 04.11.2010, até ulterior deliberação;
Leia-se: a contar de 04.11.2010 a **02.05.2011.**
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
JOSÉ ACREANO BRASIL JUNIOR
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ

TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 195469
ATO: PORTARIA 001/2011
Término Vínculo: 01/01/2011
Tipo: Termino de Vínculo de Servidor
Motivo: Exonerar a pedido.
Orgão: INSTITUTO DE METROLOGIA DO PARA
Servidor(es): Comissionado / Aldenor Leite Gantus (Gerente de Orçamento)<br
Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 195479
Órgao: INSTITUTO DE METROLOGIA DO PARA
Modalidade de Admissão: Comissionado
Ato: PORTARIA 002/2011
Data de Admissão: 01/01/2011

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Observação
Ana Cristina dos Santos Pinheiro	Gerente de Orçamento	

Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

SECRETARIA DE ESTADO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

ERRATA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 195334
Errata da Portaria nº640/2010/NGPR de 10 de dezembro de 2010, publicada no D.O.E. nº 31818, de 24 de dezembro de 2010.

Onde se lê: Prorrogar por 15 (quinze) dias
Leia-se: Prorrogar por 25 (vinte e cinco) dias.

SECRETARIA DE ESTADO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 195363
PORTARIA Nº 001/2011-GAB-SEIR
BELÉM, 05 DE JANEIRO DE 2011
O Secretário de Estado de Integração Regional, no exercício de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 7.024, de 24 de julho de 2007 e, considerando a existência do Convênio-PIRJUS-002/2009, firmado com a ELETORNORTE, que possibilitou a execução de ações na área de infra-estrutura em 5 (cinco) municípios da região do Tocantins;
RESOLVE:
DESIGNAR o servidor **NELSIVALDO DE JESUS BARGAS**, Técnico em Gestão e Desenvolvimento Agrário, lotado na Diretoria de Integração Territorial - DIT, Mat. nº 57175638, para acompanhamento/fiscalização in loco, no período de 11 a 14 de janeiro de 2011, da execução do objeto previsto no convênio referido nesta portaria, junto aos municípios de Cametá, Baião, Limoeiro do Ajurú, Igarapé Mirí e Mocajuba, no que se relaciona a utilização pelos municípios, de equipamentos e combustível oriundos do convênio, devendo emitir relatório acerca da visita. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
ANTÔNIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES
Secretário de Estado de Integração Regional

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIAS PGJ - SGJ
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 195274
Errata da Portaria nº 4734/2010-MP/PGJ, de 12/11/2010, publicada no D.O.E. de 10/12/2010.
Onde se lê: “3º cargo de Promotor de Justiça de Entorpecentes e Imprensa”;
Leia-se: “2º cargo de Promotor de Justiça de Entorpecentes e Imprensa”;
GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador de Justiça

PORTARIA Nº 4414/2010-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 344/2010-MP/1ª PJT, datado de 29/9/2010 e protocolizado sob o nº 36376/2010, **R E S O L V E:**
CONVOCAR o Promotor de Justiça FRANCISCO CHARLES PACHECO TEIXEIRA para, em regime de mutirão, oficiar em processos e procedimentos distribuídos aos 1º e 2º cargos da Promotoria de Justiça de Tucuruí, sem prejuízo de suas atribuições no município de Novo Repartimento, no período de 22/10 a 31/12/2010.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 22 de outubro de 2010.

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO
Procurador-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 4519/2010-MP/PGJ
CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, de Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea “f”, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO o teor do art. 7º da Resolução nº 019/2003-MP/CPJ, do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça;
CONSIDERANDO os termos do ofício nº 201/2010-MP/PJSFX, datado em 1/10/2010 e protocolizado sob o nº 36547/2010, **R E S O L V E:**
DESIGNAR a Promotora de Justiça CRISTINE MAGELLA SILVA CORRÊA para, até 17/11/2010, em regime de mutirão, oficiar em procedimento e processos em trâmite na comarca de São Félix do Xingu, conjuntamente com o Promotor de Justiça PAULO IGOR BARRA NASCIMENTO, sem prejuízo de suas atribuições no município de Xinguara, a contar de 7/9/2010.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 4 de novembro de 2010.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4692/2010-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), **R E S O L V E:**
DESIGNAR a Promotora de Justiça SABRINA MAMEDE NAPOLEÃO KALUME para, até 31/10/2010, exercer o 2º cargo da comarca de Tailândia, a contar de 1º/9/2010.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de novembro de 2010.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4693/2010-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a designação da Promotora de Justiça Andressa Érica Ávila Pinheiro para atuação no município de Santa Izabel do Pará, de acordo com o disposto no art. 10, inciso IX, *alínea* f, da Lei Federal nº 8625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei